

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875
Américo de Campos (1875-1884)
Francisco Rangel Pestana (1875-1890)

Julio Mesquita (1885-1927)
Julio de Mesquita Filho (1915-1969)
Francisco Mesquita (1915-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1947-1988)
Julio de Mesquita Neto (1947-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1947-1997)
Ruy Mesquita (1947-2013)

As emissões que vêm das nossas latas de lixo

WASHINGTON NOVAES

Divulgação de relatórios sobre emissões de gases do efeito estufa pelo ICLEI (Local Governments for Sustainability)-SEEG tem permitido análises importantes para o País nos setores de energia e uso de produtos, agropecuária e resíduos. São análises que podem orientar rumos que o Brasil precisa seguir em suas atividades, para reduzir seu indesejável papel de um dos maiores produtores no mundo de metano, óxido nitroso e dióxido de carbono – segundo o Banco Mundial, em três décadas nossas emissões cresceram três vezes acima do crescimento da população.

São conhecimentos decisivos nestes tempos de graves problemas. Só a agropecuária global responde por 10% a 12% das emissões – embora a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO-ONU) avale que essa participação pode aumentar muito, com o crescimento da demanda por alimentos (mais 15% a 40%), nas próximas décadas. E o Brasil é o segundo maior emissor na agropecuária, com 1,56 bilhão de toneladas anuais de dióxido de carbono, número que pode dobrar se incluídas as emissões por desmatamento e uso de combustíveis fósseis no setor.

O setor de energia teve a maior taxa média de crescimento anual entre 1990 e 2013. E a área de resíduos, que inclui a disposição no solo e incineração, bem como o tratamento de efluentes domésticos e industriais, em 2013 emitiu 48,73 milhões de toneladas de dióxido de carbono. Materiais orgânicos em aterros e lixões intensificam a ação de bactérias, a decomposição e a geração de metano – da mesma forma que os esgotos domésticos, com alto teor de matéria orgânica, e os efluentes industriais, com seu conteúdo orgânico em muitos produtos, entre eles cervejas, leite cru, papel, etc.

É preciso dar atenção especial ao setor de resíduos, que merece poucas análises quando se trata de emissões e clima, embora já responda por 3,11% do total de emissões. O crescimento médio das emissões entre 1970 e 2013 foi de 2,66% ao ano, mais acentuado a partir de

1989, com pico de 6,22%. Nas emissões por Estados, o crescimento médio foi maior em São Paulo (19,25%), Minas Gerais (9,39%), Paraná (7,68%), Rio Grande do Sul (7,12%) e Rio de Janeiro (6,54%).

No Brasil, a produção diária de resíduos chega a 1,06 quilo por pessoa – ou seja, mais de 200 mil toneladas diárias. E somos o quinto maior gerador de resíduos. Mas, segundo a Confederação Nacional de Municípios, apenas nove cidades concluíram no prazo a primeira fase da eliminação de lixões, obrigatória pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Metade dos 2.400 municípios consultados nem sequer tinham – e eles eram obrigatórios para pleitear recursos federais.

Há quem estime em R\$ 70 bi-

O Distrito Federal mantém há décadas em área nobre o maior lixão a céu aberto do País

lhões os recursos necessários para dar fim aos lixões. Mas como se fará se o Ministério das Cidades, a maior fonte provável deles, foi um dos que mais corte sofreu na recente revisão do Orçamento da União, mais de R\$ 17, 23 bilhões?

Ainda a Confederação Nacional de Municípios calculou no ano passado que 61,4% dos municípios consultados tenham enviado resíduos para aterro; os restantes, para lixões. Das 27 capitais brasileiras 16 têm aterros. Mas o próprio Distrito Federal mantém há décadas em área nobre, a 15 quilômetros do Palácio do Planalto, o chamado “lixão da Via Estrutural”, que ocupa 174 hectares, onde trabalham 2,5 mil catadores de resíduos e é o maior depósito de lixo a céu aberto no País. O autor destas linhas – como já foi relatado aqui – teve uma experiência pessoal no início da década de 1990: quando, secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, fez um plano direcionado para o lixo de Brasília, que previa a eliminação do depósito da Via Estrutural, a destinação de todos os resíduos para um aterro e uma usina de reciclagem adequados. A oposição foi brutal, de vários setores, e impediu a concretização.

Entre 50% e 55% do lixo urbano produzido no Brasil são resí-

duos orgânicos, que podem ser compostados e transformados em adubo para várias áreas – não a de alimentos, por causa de resíduos de metais pesados. Seria um ganho enorme, porque hoje a maior ocupação de áreas de aterros é com o lixo orgânico e a compostagem é mínima.

Plásticos respondem por 13,5% do total do lixo; papel, papelão e tetrapak por 13,1%; vidro por 2,4%; metais por 2,9%; e outros resíduos por 16,7%. Junto com o lixo orgânico, parcelas importantes desses outros resíduos poderiam ser reduzidas em mais de 50% – segundo a associação das empresas do setor. E isso significaria liberar parte importante dos aterros, já que, somando aos orgânicos, são 83%. Ainda é preciso lembrar que poderá haver aumento no lixo com o final, em 2018, da televisão analógica, que implicará alto descarte – embora a legislação preveja destinação especial para esse tipo de resíduo.

Infelizmente, o tema do lixo ocupa lugar desprezível – quando ocupa – nas áreas administrativa e política. Estados e municípios acham que cabe ao governo federal fornecer-lhes recursos e não os conseguem, em geral, quando pleiteiam. Não querem cobrar dos cidadãos, que rejeitam uma nova taxa – como aconteceu na cidade de São Paulo, onde foi criada e abolida depois de pouco tempo. Os cidadãos acham que já pagam pelos trabalhos com o lixo, quando fora daqui o que se vê é que só foram encaminhadas soluções nos países que criaram uma taxa proporcional a todo o lixo gerado, nas residências, no comércio, nas indústrias, em toda parte. Mas nossos administradores temem perder a aprovação e votos se enveredarem por aí.

Nem seria o caso de falar do desperdício de recursos que estão no lixo. Nem na inacreditável perda de alimentos jogados fora. A ONU assegura que um terço dos alimentos produzidos no mundo são desperdiçados – quando 800 milhões de pessoas passam fome. Nos Estados Unidos, 34 milhões de toneladas de comida são jogadas no lixo todo ano. É estarrecedor.

* JORNALISTA
E-MAIL: WLRNOVAES@UOL.COM.BR

A destruição do real e sua consequência

PAULO RABELLO DE CASTRO

Os juros sobre a dívida interna do governo federal acumularam em 12 meses, até junho passado, a dantesca cifra de R\$ 347,5 bilhões. Essa estonteante despesa pública, a ser paga por cada um dos brasileiros – grosso modo, R\$ 5 por pessoa, inclusive crianças e idosos, *dia após dia*, a perder de vista –, tem sua origem numa conjunção de erros da política econômica pós-Real. Primeiro, pela incontinência do gasto público desde a partida do Plano Real. Mas na era Dilma, até as eleições de 2014, o Tesouro Nacional se engajou numa roda-viva de gastos pré-eleitorais, não só com repetidas “pedaladas fiscais”, mas, sobretudo, por deixar de segurar despesas excedentes ao limite previsto na lei orçamentária, como consta do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU).

O mercado financeiro, de olho nessas puladas de cerca, apostou no enfraquecimento do real. Lá fora, o fortalecimento do dólar também puniu moedas como o real, quando não se pratica um mínimo de rigor fiscal. Nosso Banco Central (BC) reagiu tardiamente e da pior maneira: buscou no Conselho Monetário, no qual só votam três cabeças, com claros conflitos de interesse, autorização para “defender” a estabilidade do câmbio ao oferecer contratos de venda de dólares ao mercado, a preço fixo, para entrega futura. Venderam-se caminhões de *swaps* para entrega este ano e até 2016. Tais operações já acumulam um prejuízo de R\$ 70,6 bilhões, que, somadas aos juros regulares, outros R\$ 280 bilhões, em contas redondas, nos brindam com a maior despesa financeira pública de todos os tempos, superior a 7% do produto interno bruto (PIB), a mais elevada do planeta. Além disso, como nossa dívida é altamente indexada à Selic, cada ponto porcentual de alta de juros pelo BC eleva a dívida federal em cerca de R\$ 20 bilhões, ao mesmo tempo que derruba o PIB – e, portanto, a arrecadação do governo – em outros R\$ 20 bilhões. As contas do ministro da Fazenda não fecharão nunca: em 2015 esse descompasso resultará num rombo estrondoso de R\$ 140 bilhões.

Resignadamente, Joaquim Levy desistiu da meta fiscal. E o capital abutire, que existe em qualquer lugar para farejar e devorar governos fracos, apostou na alta do dólar e contra o real. Essa queda de braço ainda não terminou, a faixa dos R\$ 3,50 por dólar passou a ser um estágio da peleja. O BC foi às cordas, esmagado pelos prejuízos acumulados na folia da manipulação cambial pré-eleitoral e pela recente publicação da data do Copom em que reconhece o juro de 14,25% como um perfeito serial killer da moribunda economia privada.

Estamos no início da destruição do real como moeda confiável. Nem nos perigosos meses de 2002, em que se desconfiava da capacidade do PT de defender a estabilidade da nossa jovem moeda, o País passou por tanto risco. Com o dólar em R\$ 4 naquele outubro de 2002, o BC trouxe os juros ao patamar de 25%. O Orçamento da União para 2003 foi podado, único ano de efetiva economia de despesa pública em relação ao PIB nos 20 anos de Real. Consequência: em 2003 o desemprego formal superou 13% da população economicamente ativa (PEA) e milhões de brasileiros foram devolvidos aos porões da pobreza absoluta. Um detalhe, desta vez atenuante: começou em 2003 a maior alta histórica

Nem nos perigosos meses de 2002 o País passou por tanto risco. Que nos resta fazer?

dos preços de commodities agrícolas e minerais, encomendada por São Lula aos chineses.

O cenário de 2015-2016 opõe-se radicalmente ao de 2002-2003. A China retrai-se e pode até entrar em choque. Se o juro subir mais, como em 2002, a atividade privada entrará em colapso. Que nos resta fazer? Esse é o repto que deve tirar da abulia todos os intelectos perdidos ociosamente nas receitas econômicas convencionais, do tipo “ajuste fiscal” ou, pior, quando se cogita de taxar ativos escondidos no exterior e outras extravagâncias, como CPMF ou novos impostos sobre fortunas e heranças. O ataque frontal deve ser sobre o setor que nada contribuiu até agora: as despesas ditas obrigatórias do

governo federal (e, por extensão, nas demais esferas de governo, a começar pelo Rio Grande do Sul). O ministro da Fazenda nos diz ser ilegal cortar despesa obrigatória, por isso capa investimentos. Faz sentido? Queimam-se os botes salva-vidas dos investimentos e das bolsas de estudos enquanto se preservam reajustes inflacionários para as castas de graúdos que se autoisentam de qualquer participação no esforço geral da Nação. Aqui está a raiz singular do brutal desequilíbrio fiscal e sua etiologia antiética, ao se pouparem alguns privilegiados do sacrifício geral.

O Judiciário, ele mesmo beneficiário dessa monstruosidade distributiva, haverá de julgá-la inconstitucional, por ser ineficiente e atentatória à estabilidade político-institucional. Não estamos sozinhos nesse tipo de desafio. Grandes nações como Alemanha e Estados Unidos, em 2009 e 2011, respectivamente, reagiram com destemido para refrear o gasto exorbitante de seus governos. Ao sentirem o cheiro da pólvora social e financeira, os parlamentares desses países não conversaram: votaram leis emergenciais impondo a seus orçamentos públicos *limitadores de despesas* quase universais e lineares, da ordem de 7% dos gastos originalmente programados. Precisamos adotar o mesmo caminho. Urgentemente. E por dois anos consecutivos, com ênfase em 2016. Nada menor do que isso dará jeito na explosiva situação atual. Impõe-se uma Lei Emergencial de Crescimento e Controle Orçamentário (Leco), alinhavada pelo Movimento Brasil Eficiente com entidades civis e movimentos de rua, para encarmos o desafio de repensar o futuro da Nação. As autoridades devem parar de fantasiar com pacotes franciscanos, que prometem tudo a todos, a fim de concentrar a atenção na transformação fiscal capaz de nos devolver o direito de crescer e prosperar.

O outro caminho é o retrocesso. A destruição do real será rápida, tragando as autoridades da hora e ameaçando os pilares de nossa frágil democracia.

* COORDENADOR DO MOVIMENTO BRASIL EFICIENTE
SITE: WWW.ASSINABRASIL.ORG

Fórum dos Leitores

MANIFESTAÇÕES Esopo e La Fontaine

Vejam como funcionam duas manifestações antagônicas. O brasileiro trabalhador, cômico da sua responsabilidade para com o País, participa aos domingos de manifestação por descontentamento com o desgoverno lulodilmista para não tumultuar o trânsito, respeitando o direito de ir e vir das pessoas. Os petistas, sob a batuta malandra de Lula, ciente da decadência da sua horda de seguidores, fazem suas manifestações nos dias úteis, complicando a vida das cidades e dos autênticos trabalhadores, encrencando o trânsito, para dar uma falsa impressão de uma grande massa de adeptos à sua causa. Os dois movimentos nos fazem lembrar a conhecida fábula de Esopo, reescrita por Jean de La Fontaine, *A Cigarra e a Formiga*. Você, caro leitor, tire suas próprias conclusões.

HUMBERTO SCHUWARTZ SOARES

hs-soares@uol.com.br
Vila Velha (ES)

Passeata de petistas

É óbvio que a manifestação desta quinta-feira tenha ocorrido em dia útil, com vale-transporte e alimentação. Seus manifestantes estão lá a serviço.

HAROLDO NADER
nader.haroldo@gmail.com
Valinhos

Apoio a Dilma

Eu gostaria de ver esse pessoal que faz passeatas em apoio a Dilma e ao seu governo indo para os pontos dos eventos por meios próprios, sem direito a lanches, sucos, etc., para se ter uma ideia exata da proporcionalidade, do peso e da confiabilidade dessas manifestações.

MIGUEL RIBEIRO DA SILVA
mrsierra@ig.com.br
Jandira

Vira-latas e narcisistas

Deixe-me ver se entendi: então, para o Veríssimo, os manifestantes contra Dilma e o PT são como aqueles cachorros vira-latas que correm atrás de carro? E, para Eugênio Bucci, não passam de narcisistas indo às ruas só para fazer fotos com pau de selfie?

SUSANA LOPES DE ALEXANDRIA
alexandria@terra.com.br
São Paulo

O cerne da revolta popular não está (ainda) na questão ideológica, na qual Veríssimo defende PT & Cia. (O vácuo, 20/8, C10). O povo quer a saída do PT da política pelos crimes cometidos contra o patrimônio popular, as mentiras, o estelionato eleitoral, a corrupção. Intencionalmente ou não, Veríssimo tergiversou.

OTTFRIED KELBERT
okelbert@outlook.com
Capão Bonito

Real grandeza

Com relação aos protestos de domingo, poderíamos parafrasear dom Pedro I: se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que *não fico!*

EUGÊNIO VALDEMARIN
evaldemarin@terra.com.br
Campinas

LULOPETISMO Balelas sempre

Vendo seu PT ruir, Lula resolve reaparecer com frequência na mídia. Seus pronunciamentos, sempre carregados de ódio e agressividade, têm o único objetivo de jogar para a oposição a responsabilidade pela crise por eles criada e mantida, alegando que os opositoristas estimulam o “quanto pior, melhor”. Quem está no *podê* há 13 anos, “cara”?

ANGELO TONELLI
angelotonelli@yahoo.com.br
São Paulo

Despudor

Uma dúvida: quando Lula e seus companheiros gritavam “fora FHC”, “vamos bater nas urnas e nas ruas”, “Aécio não é homem sério e de respeito”, impeachment para Collor, os propósitos dos petistas eram conservadores, antidemocráticos, golpistas e fomentavam a intolerância? No PT, a falta de autocritica e o excesso de alienação atingem estágios tão elevados que um José Guimarães, irmão de Genoino, candidamente, comenta: “A gente sempre espera equilíbrio e moderação de um ex-chefe da Nação”. Nota: o ex é FHC.

HELENA RODARTE C. VALENTE
helenacv@uol.com.br
Rio de Janeiro

GOVERNO DILMA Aumento do desemprego

A mídia informa que o número de desempregados – já em 1,6 mi-

lhão – vem aumentando sem cessar, pela má condução governamental da economia. Pergunto: se incluídos os desempregados dos programas federais, os sem-sem – sem emprego e sem procurar para não perder a boquinha –, para quanto iria a contagem?

MÁRIO A. DENTE
dente28@gmail.com
São Paulo

Automóveis?!

Gostaria de saber com quem a dona Dilma conversa quando dá seus pitacos na política econômica. Ora, primeiro apoia um ajuste a contragosto. No meio do caminho, atropela tudo e, finalmente, obriga os bancos oficiais a emprestar dinheiro às montadoras a taxas reduzidas, com a justificativa de manter empregos. O problema da indústria não é o custo financeiro, são as vendas, cuja queda já atingiu o pré-sal. Nesse cenário, pergunto: por que a indústria vai produzir